

J. CÂMARA E IRMÃOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

J. CÂMARA E IRMÃOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
J. Câmara e Irmãos S.A.
Goiânia - GO

Examinamos as demonstrações contábeis da J. Câmara e Irmãos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e notas explicativas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das práticas contábeis materiais e demais informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Câmara e Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta histórico de deficiência de capital de giro e apresentação de passivo a descoberto. Os planos da Administração para reversão da situação deficitária e do patrimônio líquido negativo estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 16 de maio de 2024



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 GO-001837/F-4

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'ferdos'.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.658	823	Fornecedores	11	4.487	2.874
Contas a receber de clientes	5	4.310	3.328	Empréstimos e financiamentos	12	65	-
Impostos a recuperar	6.a	3.940	3.340	Passivo de arrendamento		70	89
Estoques	7	4.336	3.279	Obrigações tributárias	13	530	470
Outros ativos circulantes		2.274	2.173	Obrigações sociais e trabalhistas	14	5.042	4.591
Total do ativo circulante		16.518	12.943	Adiantamentos de clientes		1.640	2.168
Não circulante				Outras contas a pagar		152	75
Contas a receber de clientes	5	186	205	Total do passivo circulante		11.986	10.267
Impostos a recuperar	6.a	287	261	Não circulante			
Impostos diferidos	6.b	95	-	Empréstimos e financiamentos	12	2.448	-
Depósitos judiciais	15	423	447	Empréstimos com partes relacionadas	17.b	33.823	33.284
Investimentos		308	308	Provisão para demandas judiciais	15	239	703
Outros ativos não circulantes		1.421	1.244	Total do passivo não circulante		36.510	33.987
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Imobilizado	9	7.545	8.915	Capital Social	16.a	53.125	53.125
Intangível	10	1.534	1.035	Prejuízos acumulados		(73.270)	(71.966)
Direito de uso		34	55			(20.145)	(18.841)
		11.833	12.470				
Total do ativo		28.351	25.413	Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		28.351	25.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Câmara & Irmãos S.A.
Jaime Camara Junior
Diretor Presidente
CPF - 002.694.921-00

J. Câmara & Irmãos S.A.
Marcos Tadeu Câmara
Diretor vice Presidente
CPF - 004.469.121-15

Claudia T. C. Toledo
Contadora
CPF 077.810.868-64
CRC 012.056-GO-O

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	18	49.570	44.090
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(29.130)	(27.242)
Lucro bruto		<u>20.440</u>	<u>16.848</u>
Despesas e receitas operacionais			
Comerciais	20	(15.663)	(18.232)
Gerais e administrativas	21	(6.677)	(10.217)
Tributárias	22	(212)	(220)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	628	383
		<u>(21.924)</u>	<u>(28.286)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(1.484)</u>	<u>(11.438)</u>
Resultado financeiro, líquido	24	50	(103)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>(1.434)</u>	<u>(11.541)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	8		
Correntes		-	-
Diferidos		130	(340)
Prejuízo do exercício		<u>(1.304)</u>	<u>(11.881)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Câmara & Irmãos S.A.
Jaime Camara Junior
Diretor Presidente
CPF - 002.694.921-00

J. Câmara & Irmãos S.A.
Marcos Tadeu Câmara
Diretor vice Presidente
CPF - 004.469.121-15

Claudia T. C. Toledo
Contadora
CPF 077.810.868-64
CRC 012.056-GO-O

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.304)	(11.881)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	(1.304)	(11.881)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Câmara & Irmãos S.A.
Jaime Camara Junior
Diretor Presidente
CPF - 002.694.921-00

J. Câmara & Irmãos S.A.
Marcos Tadeu Câmara
Diretor vice Presidente
CPF - 004.469.121-15

Claudia T. C. Toledo
Contadora
CPF 077.810.868-64
CRC 012.056-GO-O

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.961	-	(60.085)	(13.124)
Aumento de capital	6.164	-	-	6.164
Prejuízo do exercício	-	-	(11.881)	(11.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.125	-	(71.966)	(18.841)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.304)	(1.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	53.125	-	(73.270)	(20.145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Câmara & Irmãos S.A.
Jaime Camara Junior
Diretor Presidente
CPF - 002.694.921-00

J. Câmara & Irmãos S.A.
Marcos Tadeu Câmara
Diretor vice Presidente
CPF - 004.469.121-15

Claudia T. C. Toledo
Contadora
CPF 077.810.868-64
CRC 012.056-GO-O

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado do exercício	(1.304)	(11.881)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	402
Depreciação e amortização	1.511	1.983
Depreciação e amortização direito de uso	471	(303)
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34)	862
Variação cambial, líquida	(15)	34
(Reversão) constituição de provisões para riscos, líquida	(271)	(596)
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	4	-
Impostos diferidos ativos	(130)	340
Juros sobre empréstimos	45	-
Descontos financeiros obtidos	(2)	(5)
	<u>275</u>	<u>(9.164)</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(929)	(565)
Estoques	(1.057)	611
Impostos a recuperar	(590)	1.370
Outros ativos	(278)	(502)
Depósitos judiciais	24	30
	<u>(2.830)</u>	<u>944</u>
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	1.630	(616)
Passivo de arrendamento	(469)	(332)
Obrigações tributárias	60	316
Obrigações sociais e trabalhistas	452	211
Adiantamentos de clientes	(528)	(500)
Provisão para demandas judiciais	(193)	-
Outras contas a pagar	75	143
Caixa gerado pelas/(consumido nas) operações	<u>1.027</u>	<u>(778)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(1.528)</u>	<u>(8.998)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa e aquisição de imobilizado e intangível	(644)	(797)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(644)</u>	<u>(797)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.500	-
Pagamentos juros sobre empréstimos	(32)	-
Captação de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	539	3.744
Caixa recebido na incorporação de controlada em conjunto	-	6.164
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>3.007</u>	<u>9.908</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>835</u>	<u>113</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	823	710
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.658	823
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>835</u>	<u>113</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J. Câmara & Irmãos S.A.
Jaime Camara Junior
Diretor Presidente
CPF - 002.694.921-00

J. Câmara & Irmãos S.A.
Marcos Tadeu Câmara
Diretor vice Presidente
CPF - 004.469.121-15

Claudia T. C. Toledo
Contadora
CPF 077.810.868-64
CRC 012.056-GO-O

1. Informações gerais

A J. Câmara & Irmãos S.A. ("Companhia"), fundada em 21 de março de 1938, é uma empresa de capital fechado que atua nas áreas editorial e gráfica. Suas atividades abrangem a edição, impressão, distribuição e venda dos jornais "O Popular", "Jornal do Tocantins", "Jornal Daqui GO" e "Jornal Daqui TO". Em janeiro de 2022, a empresa incorporou as empresas "Anhanguera Comércio e Serviços Ltda" e "Produtora, Gráfica e Editora o Popular Ltda", ampliando sua gama de serviços para incluir produção e edição de eventos, locação e manutenção de máquinas e equipamentos. A sede administrativa está localizada na Rua Tomaz Edson, nº 400, Quadra 7, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia/GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.536.754/0001-23. A Companhia é controlada pela OJC Administração e Participações S.A. ("Grupo"), que detém 94,7716% de suas ações ordinárias.

Continuidade operacional

A administração adotou o pressuposto de continuidade operacional conforme o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, baseando-se nas medidas adotadas para redução dos custos operacionais e na busca por sinergias e aumento de produtividade em consonância com outras atividades de comunicação do Grupo Jaime Câmara.

Após o término da pandemia, a empresa apresentou uma melhoria significativa em seu resultado econômico, aproximando-se do ponto de equilíbrio. Em 2023, observou-se uma retomada dos eventos e projetos comerciais, um aumento nas vendas avulsas do jornal "Daqui", e a empresa investiu na ampliação da capacidade da produtora para cobertura de eventos, contribuindo para os ganhos apresentados no resultado econômico.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Levando-se em conta os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 16 de maio de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 - provisão para perdas esperadas de créditos;
- Nota Explicativa nº 7 - provisão para perdas de materiais obsoletos;
- Nota Explicativa nº 8 - realização do crédito tributário diferido;
- Nota Explicativa nº 9 - vida útil do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 16 - provisão para demandas judiciais.

3. Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia registra em caixa e equivalentes de caixa os valores em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que sejam realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estejam sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Esses ativos são mensurados pelo seu valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, desde que não excedam seu valor de mercado ou de realização.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O “Contas a receber de clientes” e as dívidas da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR).

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado a VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Observado o modelo de negócio da Companhia para gestão dos instrumentos financeiro que consiste em receber os ativos financeiros nos prazos contratuais (principal + juros), exceto pelos derivativos que são mensurados ao valor justo, todos os demais ativos financeiros estão classificados como custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR, exclusivamente para os instrumentos derivativos.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(i) *Softwares*

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(ii) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

A Companhia reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada).

Adicionalmente, a Companhia utiliza o expediente prático para mensurar as perdas de crédito esperadas considerando uma matriz de provisão que leva em consideração a experiência de perda de crédito histórica, ajustada quando apropriada para fatores específicos dos devedores em aspectos econômicos gerais atuais e futuros na data do reporte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, não incluindo os valores de estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos exercícios apresentados.

(iii) Provisões

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

(iv) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são registrados pelo regime de competência e calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, a Companhia adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas com os órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação e sobre os prejuízos fiscais e bases de contribuição negativas, desde que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, dependendo da origem do ajuste.

(v) Reconhecimento *da receita*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando a Companhia cumpre a obrigação de *performance* com o cliente.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independentemente do faturamento ou recebimento, quando ocorre o cumprimento da obrigação da *performance* com o cliente.

(vi) Transações *em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). As normas listadas abaixo não impactaram as Demonstrações Contábeis. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

Pronunciamento	Alteração/aprimoramento
<i>IAS 1 - Presentation of Financial Statements</i>	Divulgações de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explica como identificá-las.
<i>IAS 1 - Presentation of Financial Statements</i>	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação do passivo por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
<i>IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças contábeis e correção de erros.
<i>IFRS 17 - Insurance</i>	Norma não aplicável à Empresa.
<i>IAS 12 - tributos sobre o lucro</i>	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronunciamento	Alteração/aprimoramento	Vigência
<i>IFRS 16 - Leasing</i>	Passivo de Locação em um <i>sale and leaseback</i> (transação de venda e retroarrendamento). Alteração não aplicável à Empresa.	A partir de 1º de janeiro de 2024
<i>IAS 1 - Presentation of Financial Statements</i>	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O que se entende por direito de adiar a liquidação. ▪ Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. ▪ Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. ▪ Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. 	A partir de 1º de janeiro de 2024.
<i>IAS 7- Statement of cash flow e IFRS 7 - Financial Statements - Disclosure</i>	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	A partir de 1º de janeiro de 2024.

A Administração não espera que a adoção das normas ainda não vigentes tenha impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em exercícios futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	1	1
Bancos conta-corrente	1.657	822
Total	<u>1.658</u>	<u>823</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. Os valores em conta corrente do banco ABC são aplicados automaticamente em operações compromissadas. Pela característica, conforme destacado no item 3.a, foram classificados como 'Caixa e equivalentes de caixa'.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis pela prestação de serviços das atividades normais da Companhia. Se o vencimento do título é igual ou inferior a um ano, é classificado no ativo circulante. Caso contrário, será apresentado no ativo não circulante:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Duplicatas a receber	2.796	2.123
Contas a receber - Mercado leitor	2.302	2.195
Cheque em cobrança	48	60
Serviços a faturar	327	181
Permutas	15	-
Provisão para perdas esperadas de créditos	(992)	(1.026)
Total	<u>4.496</u>	<u>3.533</u>
Circulante	4.310	3.328
Não circulante	186	205

Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes, é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. O saldo de contas a receber por idade de vencimento está distribuído conforme segue:

Operações com setor privado

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	3.124	1.888
Vencidos até 60 dias	692	821
Vencidos de 61 a 90 dias	28	22
Vencidos de 91 a 180 dias	40	124
Vencidos de 181 a 360 dias	125	98
Vencidos acima de 361 dias	397	467
Subtotal	<u>4.406</u>	<u>3.420</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Operações com órgãos públicos

	2023	2022
A vencer	59	34
Vencidos até 60 dias	499	558
Vencidos de 61 a 90 dias	54	210
Vencidos de 91 a 180 dias	143	29
Vencidos de 181 a 360 dias	11	4
Vencidos acima de 361 dias	316	304
Subtotal	1.082	1.139
Provisão estimada para perdas esperadas de créditos	(992)	(1.026)
Total	<u>4.496</u>	<u>3.533</u>

Perda estimada do contas a receber

A Companhia possui uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável, que inclui a adoção de uma matriz de provisão combinada.

As análises de inadimplência são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão, tanto para os títulos vencidos como para os vincendos. O critério utilizado é definido individualmente por tipo de cliente (setor privado e setor público), levando em conta a particularidade de cada região, e histórico de perdas. Seguindo método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48.

A Companhia revisa o índice anualmente ou sempre que houver alterações no risco de sua carteira de recebíveis, avaliando as expectativas de realização dos créditos.

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos é como segue:

	2023	2022
Saldos iniciais	1.026	1.258
Constituições	401	364
Reversões e baixas	(435)	(596)
Saldos finais	<u>992</u>	<u>1.026</u>

6. Impostos a recuperar e diferidos

A composição dos saldos de Impostos a recuperar, Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) é como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

a. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRPJ	778	778
CSLL	6	6
PIS	24	24
COFINS	92	92
Saldo negativo IRPJ	1.460	1.460
Base de cálculo negativa CSLL	106	106
Retenções federais	770	508
INSS	475	279
ICMS	131	-
Outros - impostos recuperar	385	348
Total	4.227	3.601
Circulante	3.940	3.340
Não circulante	287	261

Realização dos créditos fiscais

Os créditos são passíveis de restituição e/ou compensação, serão realizados pela Companhia no decorrer do processo que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos. Todos os créditos são respaldados por Pedido de Restituição (PER) e Declaração de Compensação (DCOMP).

b. Impostos diferidos

	2023	2022
Ativo		
Diferenças intertemporais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	505	491
Provisão para perdas de créditos esperadas	146	161
Provisões para demandas judiciais	90	238
IRPJ/CSLL CPC 06	12	-
Prejuízo fiscal	432	432
	1.185	1.322
Passivo		
Diferenças intertemporais nas operações com órgãos públicos	(258)	(522)
IRPJ/CSLL sobre depreciação	(832)	(800)
	(1.090)	(1.322)
Impostos diferidos	95	-

7. Estoques

	2023	2022
Material industrial	1.486	2.186
Material promocional	2.091	480
Provisão para perdas de materiais obsoletos	(89)	(144)
Manutenção	463	463
Outros	385	294
Total	4.336	3.279

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

8. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	2023	2022
Resultado antes do IR e da CS	(1.434)	(11.541)
Alíquotas vigentes	34%	34%
Despesa nominal	488	3.924
Efeitos do IR e da CS sobre:		
Perdas eventuais	(183)	(170)
Brindes e ofertas	(93)	(112)
Outros	(212)	(3.642)
Imposto corrente	-	-
Efeitos do IR e da CS diferidos sobre:		
Movimentação de operação com órgão público	34	(218)
Movimentação de PDD e contingência	(170)	(1)
Provisão de receita	40	66
Outros	226	(187)
Imposto diferido	130	(340)
Total	<u>130</u>	<u>(340)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	130	(340)
Alíquota efetiva	<u>(9%)</u>	<u>3%</u>

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

a. Composição do saldo

	2023			2022	Vida útil (anos)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	6.234	(2.053)	4.181	4.261	25 a 50
Máquinas e equipamentos	18.559	(16.516)	2.043	2.766	8 a 15
Móveis e utensílios	672	(632)	40	50	10
Motores e aparelhos	1.431	(1.237)	194	261	8 a 15
Ferramentas e acessórios	116	(101)	15	24	8 a 10
Veículos	1.083	(894)	189	247	5
Computadores e periféricos	2.250	(2.153)	97	45	5
Imobilizações em andamento (i)	786	-	786	1.261	-
Reparos em imóveis de terceiros	400	(400)	-	-	5 a 10
Total	<u>31.531</u>	<u>(23.986)</u>	<u>7.545</u>	<u>8.915</u>	

(i) Referem-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

b. Movimentação do saldo

Nas datas de fechamento das demonstrações contábeis apresentadas, não foram identificados indicadores de desvalorização, que necessitassem efetuar o teste de recuperação nos termos do Pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil desses ativos e concluiu que está adequada e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao CPC 27 - Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

	2022	Movimentações				2023
		Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Edificações	4.261	-	-	(130)	50	4.181
Máquinas e equipamentos	2.766	43	22	(845)	57	2.043
Móveis e utensílios	50	-	-	(10)	-	40
Motores e aparelhos	261	-	(28)	(40)	1	194
Ferramentas e acessórios	24	-	-	(9)	-	15
Veículos	247	-	-	(58)	-	189
Computadores e periféricos	45	-	-	(21)	73	97
Imobilizações em andamento	1.261	901	(298)	-	(1.078)	786
Total	8.915	944	(304)	(1.113)	(897)	7.545

	2021	Movimentações				2022
		Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Edificações	4.392	-	-	(131)	-	4.261
Máquinas e equipamentos	3.392	188	-	(914)	100	2.766
Móveis e utensílios	66	4	-	(20)	-	50
Motores e aparelhos	281	21	-	(47)	6	261
Ferramentas e acessórios	26	6	-	(8)	-	24
Veículos	54	-	-	(42)	235	247
Computadores e periféricos	46	7	-	(35)	27	45
Imobilizações em andamento	1.421	2.465	(2.021)	-	(604)	1.261
Benf. Em imóveis de terceiros	2	-	-	(2)	-	-
Total	9.680	2.691	(2.021)	(1.199)	(236)	8.915

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

10. Intangível

	2023			2022	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Vida útil (anos)
Marcas e patentes	100	-	100	100	-
Softwares	12.918	(11.484)	1.434	935	5
Total	13.018	(11.484)	1.534	1.035	

A movimentação do ativo intangível em 2023 e 2022 é como segue:

	2022	Movimentações				2023
		Adições	Baixas	Amortização	Transf.	
Marcas e patentes	100	-	-	-	-	100
Softwares	935	-	-	(398)	897	1.434
Total	1.035	-	-	(398)	897	1.534

	2021	Movimentações				2022
		Adições	Baixas	Amortização	Transf.	
Marcas e patentes	390	-	(290)	-	-	100
Softwares	1.180	-	-	(481)	236	935
Total	1.570	-	(290)	(481)	236	1.035

Nas datas de fechamento das demonstrações contábeis, não havia nenhum indicativo de desvalorização sobre os ativos intangíveis.

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

11. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	3.809	2.766
Fornecedores estrangeiros	314	31
Notas de débito (i)	364	77
Total	<u>4.487</u>	<u>2.874</u>

(i) As notas de débitos referem-se aos valores cobrados a título de rateio de gastos administrativos comuns às atividades do Grupo.

12. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos (Moeda nacional)

Descrição	Indexador	Juros médios - %	Vencimento Final	2023
Moeda nacional				
Banco ABC	100% CDI + 3,85% a.a.	16,89% a.a.	nov/28	2.513
Total				<u>2.513</u>
Circulante				65
Não Circulante				2.448

A movimentação do exercício é como segue:

	2022	Captações	Juros apropriados	Pagamentos	2023
Banco ABC	-	2.500	45	(32)	2.513
	-	2.500	45	(32)	2.513

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Garantias cedidas

Os financiamentos são garantidos por aval dos sócios e cessão fiduciária de direitos creditórios.

Cláusulas restritivas

Nos empréstimos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants) que seja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

13. Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS e COFINS a recolher	202	209
ICMS	88	25
ISSQN	34	22
Outros impostos e taxas a recolher	<u>206</u>	<u>214</u>
Total	<u>530</u>	<u>470</u>

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para férias	2.405	2.252
Salários a pagar	1.256	1.068
Encargos a recolher sobre salários (i)	1.051	959
Encargos a recolher sobre férias	329	309
Outras obrigações sociais a recolher	1	3
Total	<u>5.042</u>	<u>4.591</u>

(i) Refere-se às contribuições devidas à Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e impostos retidos na fonte sobre salário mensal e 13º.

15. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos nas esferas administrativa e judicial perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Essas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

	2023			2022		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis (a)	174	-	174	320	-	320
Tributárias (b)	-	(224)	(224)	-	(224)	(225)
Trabalhistas (c)	65	(199)	(134)	383	(223)	161
Total	239	(423)	(184)	703	(447)	256

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais é como segue:

	Provisão para riscos							
	2022				2023			
	Inicial	Adições	Baixas	Final	Inicial	Adições	Baixas	Final
Cíveis	246	174	(100)	320	320	343	(489)	174
Trabalhistas	223	384	(224)	383	383	-	(318)	65
Total	469	558	(324)	703	703	343	(807)	239

	Depósitos Judiciais							
	2023				2022			
	Inicial	Adições	Baixas	Final	Inicial	Adições	Baixas	Final
Tributárias	224	-	-	224	290	-	(66)	224
Trabalhistas	223	14	(38)	199	187	159	(123)	223
Total	447	14	(38)	423	477	159	(189)	447

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade, são as que seguem:

a. Cíveis

A provisão para riscos cíveis é composta por 4 ações no montante de R\$ 174 em 2023 (04 ações no montante de R\$ 320 em 2022) de indenização por danos morais.

b. Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, não existem ações judiciais relevantes que necessitem de divulgação.

c. Trabalhistas

Estas provisões são contabilizadas a partir da análise individual dos processos trabalhistas movidos contra a Companhia e leva em consideração a experiência de sua Administração em casos similares, bem como a opinião de seus assessores jurídicos. Os processos são, em sua maioria, relacionados a horas extras, diferencial de salários, adicional de insalubridade, encargos sociais, entre outros. Em 2023, as estimativas de perdas prováveis montavam em R\$ 65 (R\$ 383 em 2022), em conformidade com a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, a partir de atualização dos processos.

Os assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é composto de R\$ 53.125.000 (cinquenta e três milhões, cento e vinte e cinco mil) ações nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, não apresentando alteração em relação ao valor em 31 de dezembro de 2022.

17. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora OJC Administração e Participações S.A. e respectivas controladas direta e indiretamente, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticados em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

a. Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que a Companhia atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do "calhau", não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as companhias do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

b. Contratos de mútuos ativos e passivos

Correspondentes à concessão e à obtenção de empréstimos em moeda nacional, para outras companhias do Grupo. Os prazos e condições são acertados entre as partes.

Contratos de mútuo:	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Televisão Anhanguera S.A.	-	-	-	2.512
TV Tocantins Ltda.	-	8.185	-	7.122
Televisão Riviera Ltda.	-	4.182	-	3.077
Televisão Pirapitinga Ltda.	-	2.054	-	2.120
SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda.	-	878	-	694
Rádio Araguaia Ltda.	-	-	-	723
Rádio Som Juventude Ltda.	-	1.160	-	1.080
Rádio Som de Gurupi Ltda.	-	2.075	-	1.839
OJC Administração e Participação S.A.	-	3.908	-	3.085
Empreendimentos Imob. Rio Vermelho Ltda.	-	11.381	-	9.032
Araguaia-Participação e Administração Ltda.	-	-	-	2.000
Total	-	<u>33.823</u>	-	<u>33.284</u>

c. Rateio de despesas

A Companhia atua de forma integrada com as demais companhias do Grupo e compartilha com elas certos componentes das estruturas física, operacional e administrativa. Os custos dessas estruturas são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração, que considera, entre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das companhias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia repassou despesas, mediante rateio de outras companhias do Grupo, líquido das despesas incorridas comuns a todas as companhias do Grupo no montante de R\$ 6.366 (em 31 de dezembro de 2022 a companhia absorveu R\$ 1.437).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Importante ressaltar que a Companhia tem aprimorado de forma contínua os critérios de rateio das despesas comuns a todas as companhias do Grupo, assim como a formalização das suas políticas, sendo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os critérios de rateio acordados entre as companhias mediante “Contrato de Rateio de Despesas Administrativas”.

d. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração contempla pagamentos de sócios e diretores, que totalizou 1.639 (R\$ 2.532 em 2022), incluindo pró-labore, salários e benefícios variáveis e encargos sociais. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada pelo Comitê de Remuneração, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

18. Receita operacional líquida

	2023	2022
Composição da receita bruta		
Venda avulsa de jornais	17.758	15.112
Publicidades	14.282	13.888
Publicidade - Governo	7.834	6.746
Assinaturas de Jornais	5.451	5.315
Central de Produção	3.258	2.770
Classificados	1.148	1.511
Outras receitas (*)	6.935	5.374
Receita operacional bruta	<u>56.666</u>	<u>50.716</u>
(-) Deduções		
Impostos incidentes sobre as vendas	(3.662)	(2.993)
Descontos, abatimentos e devoluções	(3.434)	(3.633)
Total deduções	<u>(7.096)</u>	<u>(6.626)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>49.570</u></u>	<u><u>44.090</u></u>

(*) Referem-se à receita de promoções e eventos, serviços de encartes, encalhes, permutas e serviços de impressão.

19. Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Custo com pessoal, benefícios e encargos	(10.384)	(11.430)
Materiais e promoções (i)	(10.904)	(7.926)
Insumos	(3.849)	(3.812)
Depreciação e amortização	(998)	(1.024)
Locações	(478)	(420)
Agências noticiosos	(382)	(374)
Serviços de terceiros	(321)	(353)
Custo com manutenção	(168)	(77)
Outros custos dos serviços prestados	(1.646)	(1.826)
Total	<u><u>(29.130)</u></u>	<u><u>(27.242)</u></u>

(i) Referem-se brindes distribuídos do Jornal Daqui.

J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

20. Despesas comerciais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(8.031)	(10.090)
Comissões	(2.701)	(2.843)
Promoções e eventos	(1.752)	(1.270)
Locações	(1.382)	(1.384)
Propaganda e publicidade	(497)	(818)
Devedores duvidosos	(301)	(353)
Depreciação e amortização	(290)	(306)
Serviço de terceiros	(226)	(558)
Transportes de jornais	(175)	(173)
Outras despesas comerciais	(308)	(437)
Total	<u>(15.663)</u>	<u>(18.232)</u>

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(3.709)	(6.329)
Depreciação e amortização	(694)	(744)
Serviços de terceiros	(752)	(1.504)
Despesas com manutenção	(106)	(20)
Consultoria e auditorias	(137)	(227)
Indenizações e despesas judiciais	(106)	(91)
Aluguéis e condomínios	(29)	(106)
Locação	(329)	(241)
Água e esgoto	(403)	(464)
Outras despesas, receitas gerais e administrativas	(412)	(491)
Total	<u>(6.677)</u>	<u>(10.217)</u>

22. Despesas tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ICMS	(10)	(1)
Taxas	(23)	(39)
IPTU/ITU	(45)	(48)
IRPJ/CSLL	(59)	(62)
PIS/COFINS	(36)	(13)
Multas fiscais	(3)	(45)
Outras despesas	(36)	(12)
Total	<u>(212)</u>	<u>(220)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

23. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	2023	2022
Outras receitas		
Recuperação de despesas	7	19
Receitas com aluguéis	45	32
Receitas eventuais	1	13
Reversão devedores duvidosos	190	172
Ganho em alienações de ativos	-	2
Reversão de contingências	320	88
Outras receitas	129	97
Subtotal	<u>692</u>	<u>423</u>
Outras despesas		
Perdas em alienações de ativos	(4)	-
Outras	(60)	(40)
Subtotal	<u>(64)</u>	<u>(40)</u>
Total	<u><u>628</u></u>	<u><u>383</u></u>

24. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(45)	-
Variação cambial passiva	(9)	(81)
Juros de arrendamento	(17)	(18)
Outras despesas financeiras	(180)	(235)
Subtotal	<u>(251)</u>	<u>(334)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	24	78
Descontos obtidos	2	5
Variação monetária ativa	-	37
Outras receitas financeiras	275	111
Subtotal	<u>301</u>	<u>231</u>
Total	<u><u>50</u></u>	<u><u>(103)</u></u>

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa, bancos, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas. Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir:

	2023	2022
Ativos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.658	823
Contas a receber de clientes (*)	4.496	3.533
Depósitos judiciais	423	447
Outros ativos circulantes	2.274	2.173
Passivos financeiros:		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	4.487	2.874
Empréstimos e financiamentos	2.513	-
Adiantamentos de clientes	1.640	2.168
Empréstimos com partes relacionadas	33.823	33.284
Outras contas a pagar	152	75

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

- (a) Risco de crédito: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.

A Companhia acompanha os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

- (b) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 12. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros;

- (c) Risco de liquidez: consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações e diferentes moedas. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos;
- (d) Risco de capital: a Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Jaime Câmara Junior
Diretor-presidente

Marcos Tadeu Câmara
Diretor-vice-presidente

Sergio Camilo Câmara
Diretor-superintendente

Claudia T. C. Toledo
Contadora CRC GO 12056-0